



Evento	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2018
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	A aplicação de tratados internacionais no Tribunal de Alçada/RS e no Tribunal de Justiça/RS à luz da prisão civil do depositário infiel e da Convenção Interamericana de Direitos Humanos
Autor	MARCÍRIO BARCELLOS GESSINGER
Orientador	MARIA CLAUDIA MERCIO CACHAPUZ

A aplicação de tratados internacionais no Tribunal de Alçada/RS e no Tribunal de Justiça/RS à luz da prisão civil do depositário infiel e da Convenção Interamericana de Direitos Humanos

Pesquisador: Marcírio Barcellos Gessinger

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cláudia Mércio Cachapuz

Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande Do Sul

O presente trabalho trata sobre a aplicação de tratados internacionais no âmbito do direito interno, em específico o caso da prisão civil do depositário infiel à luz da Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Busca constatar se houve ou não demora no cumprimento do disposto pelo referido tratado quanto à questão da prisão civil do depositário infiel. Após, pretende compreender quais os fatores que influenciaram na atenção ou não ao ordenado na convenção mencionada.

Quanto ao formato da pesquisa, a parte introdutória destina-se a firmar conceitos importantes ao desenvolvimento da pesquisa, como conceito de tratado, processo de entrada dos tratados ao ordenamento jurídico brasileiro e, em seguida, qual eficácia que se dá aos mesmos. Já, a segunda parte tem por fim analisar a jurisprudência do TJ/RS e do Tribunal de Alçada/RS entre o período de ratificação do tratado até a consolidação jurisprudencial da matéria (1993-2008). Depois, aborda-se o ensino jurídico de Direito Internacional Público, posição na grade curricular, metodologia e afins, em faculdades de direito do Rio Grande do Sul para entender como ocorreu o processo de realização do previsto na convenção. Utilizar-se-á, desse modo, o método de abordagem argumentativo indutivo, visto que se partirá de dados particulares para se inferir uma verdade geral, não contida nas partes examinadas. E como procedimentos de pesquisa: a bibliográfica, a de levantamento, e o estudo de caso, tendo em vista que se fará um estudo profundo e pormenorizado de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu abrangente e acurado conhecimento.

Por último, em relação aos resultados obtidos até o momento, tem-se que a aplicação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos no período de 1993-2008 foi lenta e, até certo ponto, recalcitrante. Em termo de ensino jurídico de Direito Internacional Público, o qual se estuda e se pesquisa no momento, há dissonância entre a metodologia e a realidade da matéria, visto o dinamismo dessa, e, também, disfunção quanto à identificação do operador jurídico com a disciplina Direito Internacional Público.